

TP 5 – Capitalism, social and environmental crisis and socialism

Natureza, conflitos e injustiça ambiental na cidade

Carlos R. S. Machado

A comunicação apresenta uma reflexão a partir de pesquisa acadêmica e ações cidadãs tendo os conflitos urbanos e ambientais no centro das relações entre a sociedade e a natureza da pugna entre classes, grupos e setores sociais em 11 cidades do extremo sul do Brasil e fronteira com o Uruguai (Machado, CNPq, 2014-2017). O mapeamento em periódicos (2011-2014), e depois as ações juntos aos setores sociais impactados negativamente nos momentos conflitivos tiveram em Karl Marx, Frederico Engels, Henri Lefebvre e outros autores do campo da ecologia política o apoio teórico na reflexão dos dados coletados (conflitos, distribuição terras e renda discursos atores). Tais ações geraram um Observatório dos Conflitos e periódicos de publicização das injustiças e das lutas, e se expandiu ao Uruguai a partir de 2015. Desta experiência e reflexão apresentaremos na comunicação três conclusões: 1) de que é possível identificar três naturezas na obra de Marx e Engels que se relacionam e se conflituam entre si (natureza humana, a natureza física/ecossistemas e concepções/natureza produzida); 2) que os conflitos no momento em que acontecem significam uma ruptura da hegemonia, e, portanto da verdade produzida pelas classes dominantes e seus instrumentos de dominação simbólica; 3) que no centro dos conflitos e das lutas entre as classes e grupos sociais estão os impactos negativos de empreendimentos empresariais ou governamentais, a disputa pela distribuição e apropriação da riqueza decorrente da transformação da natureza pelo trabalho, pelo uso e significação da natureza (terra, águas, meio ambiente) e sobre os espaços de poder e suas instituições, inclusive destas sobre a/s natureza/s.

Palavras-chave: Natureza, conflitos, injustiça ambiental, cidade

O Mercado de Carbono: uma Análise Fetichista

Thiago Gault Oliveira

As mudanças climáticas são cada vez mais reconhecidas como uma ameaça ao modelo capitalista de organização social. Tal percepção sugere que o próprio capitalismo precisa se transformar principalmente através da descarbonização proposta pelo Protocolo de Quioto (1997) que levaria a um capitalismo mais “verde” e igualitário. Neste contexto, a institucionalização do mercado de carbono é uma forma de tornar parte da Natureza em mercadoria sob o pretexto neoliberal de que o valor de mercado pode ser um incentivo à proteção do meio ambiente. Este ensaio parte da noção de fetichismo para realizar uma crítica marxista do mercado de carbono como solução das demandas ambientais. Pode-se observar que o mercado de carbono, enquanto fetiche, apresenta suas contradições dentro de duas dimensões. Primeiramente, o distanciamento entre o objeto valorado e a totalidade de seu contexto ecológico e, paralelamente, a associação do objeto apenas com um valor de

troca dado por sua forma-dinheiro. O fetichismo do mercado de carbono resulta da separação das funções biológicas entre diferentes espécies de um bioma. Em uma lógica de mercado, a valoração de uma espécie de árvore não ocorre por seu valor biológico, mas é medida através de um modelo que contabiliza a capacidade de absorção de carbono das árvores. Tal racionalidade induz à homogeneização dos ecossistemas, pois árvores autóctones essenciais na composição de um bioma podem ser consideradas economicamente inferiores. Dentro deste contexto, o trabalho conclui que esta realidade acentua as assimetrias da racionalidade típica do modelo de produção capitalista, pois o mercado de carbono funciona como uma forma inovadora de acumulação de capital, e não como possível forma de proteger o ambiente, reproduzindo, deste modo, as condições de desigualdade do sistema capitalista.

Palavras-chave: mercado de carbono; fetichismo da mercadoria; crise socioambiental; marxismo; economia sustentável.

La Revolución Ciudadana en el Ecuador: ¿paréntesis o quiebre histórico?

Ernesto Nieto Carrillo

Jorge Fabara Espín

Si han existido en la época reciente experiencias contrahegemónicas, parte de ellas sin duda pueden ser ubicadas en los denominados “progresismos” latinoamericanos que alcanzaron su pico durante la primera década del presente siglo y a las cuales se adscribe la experiencia política ecuatoriana denominada “Revolución Ciudadana” (2006-2017). Mediante un contraste teórico, la presente investigación propone, en primera instancia, analizar la propuesta del Buen Vivir (Sumak Kawsay) en relación con otras corrientes marxistas. Una vez contrastados los elementos que lo evidencien como proyecto de raigambre socialista, el documento analiza el horizonte de emancipación planteado en democracia, mismo que se hace patente a través de la nueva Constitución colectivamente implantada. Se evalúa luego el impacto que tuvo el proyecto con relación a la disminución de la pobreza y la desigualdad, con un crecimiento significativo de las capas medias, así como su forma de abordaje sobre la acumulación y distribución de la riqueza, todo ello en el marco de la recuperación de la soberanía y la integración regional. Asimismo, se presentan los matices y sombras que, a nuestro juicio, derivaron en el repliegue de las fuerzas progresistas y la recomposición del neoliberalismo, contextualizado dentro de un nuevo escenario geopolítico. Para tal efecto, se reflexiona sobre las deficiencias en la construcción de nuevos “sentidos comunes”, la disputa alrededor del modelo de producción y consumo, el rol de los movimientos sociales y el empoderamiento del “sujeto revolucionario”, así como el impacto de los problemas éticos y la centralidad de la imagen del líder en el ejercicio y sostenimiento del programa. Para concluir, la reflexión alrededor de las lecciones para el futuro gira en torno a la cuestión: ¿La Revolución Ciudadana fue sólo un paréntesis en la dominación de las élites tradicionales o marcó un punto de quiebre en la historia del país?

Palavras-chave: Buen Vivir; Revolución Ciudadana; Progresismo Latinoamericano; Hegemonía

A urgência da descarbonização da sociedade implica a superação do modo de produção capitalista

Pedro Soares

Marx, na análise do capitalismo, aborda dois tipos essenciais de crise do sistema que, de algum modo, se relacionam com a natureza e o ambiente. Uma crise de acumulação e outra de desenvolvimento, ambas com ligações diretas ao que genericamente podemos considerar a crise ambiental que na atualidade se afirma universalmente com cada vez maior gravidade.

A crise de acumulação encontra um fator importante, segundo Marx, nos desequilíbrios entre as necessidades da produção e a progressiva escassez dos elementos naturais que dão origem às matérias primas e à energia, bem como das respectivas condições naturais de extração.

De forma mais generalizada, a acentuada divisão entre urbano e rural provocada pela industrialização, com todos os problemas relacionados com as mega concentrações urbanas, os métodos de produção e circulação de alimentos e de outros materiais, introduz fatores de crise na sustentabilidade e qualidade do modelo de desenvolvimento capitalista.

O sistema capitalista não encara limites e procura incrementar os fluxos de matérias primas e de energia como condição para aumentar lucros, acelerar os ritmos de reprodução e acumulação de capital. Ao mesmo tempo, procura reduzir os custos do trabalho com a intensificação de gastos em energia e meios tecnológicos. Este sistema acelera a depleção dos recursos naturais, o aumento da poluição e dos desperdícios e a degradação ambiental.

Com os fenómenos das alterações climáticas, ficaram mais evidentes as consequências do modo de produção capitalista para o ambiente, desde logo no aquecimento global por efeito da acumulação na atmosfera de gases com efeito de estufa. A descarbonização da economia e da sociedade, a consumação de uma transição energética em larga escala, têm a urgência que não se compatibiliza com um modo de produção que procura sempre expandir a apropriação de recursos naturais e ambientais como forma de aumentar a exploração de mais valia e a concentração de riqueza. Uma perspetiva ecossocialista pode fazer parte da alternativa.

Palavras-chave: marxismo, capitalismo, ecossocialismo, crise ambiental, descarbonização.

Just lucky or making their own luck? O Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Comunista Grego (KKE) em análise

José Pedro Lopes

Alena Vysotskaya Guedes Vieira

As divergências no seio do movimento comunista e na esquerda radical, potenciadas pela desagregação do Comintern, pela Guerra Fria e pela Queda do Muro de Berlim, assim como pelos diferentes contextos nacionais e internos, provocaram nos partidos destas famílias políticas um conjunto de divisões, amplamente estudadas: o maoísmo, o trostkismo, o

Eurocomunismo, o surgimento da Nova Esquerda, crescimento dos movimentos sociais, entre outros (Hudson, 2012; Lane, 1998; March, 2011, 2008). São poucos, no entanto, os estudos sobre os partidos que, face a estas circunstâncias, se mantiveram, na medida do possível, inalterados. O Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Comunista Grego (KKE) surgem, assim, como ‘outlier cases’, enquanto partidos que mantiveram a sua matriz marxista-leninista (Keith e Charalambous, 2016), assentes numa maior homogeneidade ideológica e coerência e rigidez organizacional, no centralismo democrático, num comportamento político focado na sua autopreservação, através de uma postura avessa à cooperação interpartidária e focada no enraizamento social – militância, sindicatos, associações –, assim como através da recusa mais ou menos explícita do processo de integração europeia (Bosco, 2001; KKE, 1996; Dunphy, 2004; Eleftheriou e Tsakatika, 2013; Keith, 2011). Tomando como ponto de partida os estudos que apontam para o entendimento destes partidos como um corpo político próprio, distinto dos outros partidos da esquerda radical e comunistas (Keith e Charalambous, 2016), a presente comunicação visa explorar esta distinção, focando-se em três dimensões que melhor salientam as diferenças dentro desta família partidária: orientações ideológicas, comportamento político e estrutura organizacional (Keith e Charalambous, 2016). Pretende-se ainda analisar como a resiliência à mudança impactou o atual funcionamento, a influência e posição do PCP e KKE nos sistemas político-partidários de Portugal e Grécia, respetivamente.

Palavras-chave: Política Comparada; Partidos Políticos; Partido Comunista Português; Partido Comunista Grego; Marxismo-Leninismo

O legado de Marx na experiência do socialismo na URSS: Revisionismo histórico, (Des)memória e Consciência histórica

Paulo Oisiovici

Esta comunicação se constitui numa análise da (des)memória da experiência socialista na URSS, do revisionismo histórico implementado na atualidade, suas consequências na formação da consciência histórica, a luz das contribuições de Domenico Losurdo, Yúri Zhukov, Grover Furr, Ludo Martens, Lilly Marcou, Luciana Castro Soutelo, Fernando Rosas, Vicente Romano, Jacques Le Goff, Walter Benjamin, Jörn Rüsen, Pierre Nora. No bojo da referida análise traz-se a tona informações sobre a luta contra a falsificação histórica que sustenta o atual e hegemônico discurso midiático, acadêmico, pós-modernista, sobre o socialismo na URSS enquanto legado de Marx, além uma reflexão sobre o uso público da memória, o fenómeno da “autofobia” manifestada na realização de um “mea culpa”, ou “autocrítica” de certos grupos que reivindicam a denominação de “comunistas”, “marxistas”, a proclamação de seu alheamento em relação à façanha histórica iniciada com a Revolução Socialista de 1917 na Rússia, contrapondo Marx a eles próprios. A referida apresentação examina ainda as consequências ou a influência do atual revisionismo histórico, do uso público da memória da experiência do socialismo na URSS, na formação da consciência histórica.

Palavras-chave: Legado de Marx, Socialismo na URSS, Revisionismo histórico, (Des)Memória, Consciência histórica.